

Memória social e aparelhos privados de hegemonia: a gestão bolsonarista da pandemia de Covid-19 na *Folha de S. Paulo*

*Kleitton Wagner Alves da Silva Nogueira**

1

Resumo

No presente artigo objetivamos compreender como em meio a pandemia de Covid-19 o jornal Folha de S. Paulo manejou a opinião pública sobre a gestão da crise sanitária realizada pelo governo Bolsonaro. Temos por hipótese que os jornais, a partir de uma leitura gramsciana, podem ser considerados Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs) presentes na sociedade civil, que se ligam diretamente aos interesses de classe, podendo criar consenso através da modelagem da opinião pública e da formação de uma memória social coletiva. Para o alcance de nosso objetivo, pesquisamos os editoriais na máquina de busca do jornal, no qual selecionamos o gênero editorial, e aplicamos as seguintes palavras-chave: Covid-19; Governo Bolsonaro; Pandemia, discriminando o período que vai de 1 de janeiro de 2020 a 1 de janeiro de 2022. Após a aplicação desse protocolo selecionamos 36 editoriais que se ligavam diretamente à temática de nossa investigação. A partir da análise de discurso apreendermos os sentidos e ideias gerais contidas nesses editoriais. Destaca-se no trabalho a evidência de quatro linhas discursivas que aparecem com maior frequência quando o jornal se refere à relação Governo Bolsonaro e Pandemia de Covid-19: i) irresponsabilidade; ii) negacionismo científico; iii) despreparo para resolução dos problemas associados à pandemia e, iv) defesa pelo regime fiscal de contenção de gastos públicos mediante à emenda constitucional n.º 95/2016.

Palavras-chave: Memória Social; Aparelhos Privados de Hegemonia; Covid-19; Governo Bolsonaro; Folha de São Paulo; Opinião Pública.

Abstract

In this article, we aim to understand how, in the midst of the Covid-19 pandemic, the newspaper Folha de S. Paulo managed public opinion on the management of the health crisis carried out by the Bolsonaro government. We hypothesize that newspapers, from a Gramscian reading, can be considered Private Devices of Hegemony (APHs) present in civil society, which are directly linked to class interests, being able to create consensus through the modeling of public opinion and training of a collective social memory. To reach our goal, we searched for editorials in the newspaper's search engine, in which we selected the editorial genre, and applied the following keywords: Covid-19; Bolsonaro government; Pandemic, discriminating the period from January 1, 2020 to January 1, 2022. After applying this protocol, we selected 36 editorials that were directly linked to the theme of our investigation. Based on discourse analysis, we apprehend the meanings and general ideas contained in these editorials. The work highlights the evidence of four discursive lines that appear more frequently when the newspaper refers to the relationship between the Bolsonaro Government and the Covid-19 Pandemic: i) irresponsibility; ii) scientific denialism; iii) unpreparedness for resolution of problems associated with the pandemic and, iv) defense of the fiscal regime of containment of public expenses through constitutional amendment n.º 95/2016.

* Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS/UFCG). Licenciado em Ciências Sociais pela Faculdade de Educação Paulistana – FAEP. Bacharel em Administração pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Licenciado em Geografia pela UFCG.

unpreparedness to resolve the problems associated with the pandemic and, iv) defense of the fiscal regime to contain public spending through constitutional amendment No. 95/2016.

Keywords: Social Memory; Private Apparatus of Hegemony; Covid-19; Bolsonaro Government; Folha de São Paulo; Public Opinion.

Introdução

Após mais de dois anos da pandemia de Covid-19, as milhares de mortes no mundo impressionam. Além dessa memória, relacionada ao aspecto mórbido do óbito, a imagem de hospitais e sistemas de saúde colapsados estão presentes na memória coletiva mediante textos, documentários, fotografias e uma série de artefatos humanos que materializam um dos fenômenos sanitários de maior envergadura histórica nas décadas iniciais do século XXI. Um fato que chama atenção; num período em que aplicativos como Telegram, Instagram, TikTok, Facebook e WhatsApp tomam a cena da disseminação das informações, os jornais ainda desempenham função preponderante na elaboração de consensos. Mesmo com o advento das redes sociais, os jornais também se tornam um meio de disseminação de informação, especialmente em países marcados pelo negacionismo científico e pela pós-verdade, como a experiência brasileira demonstra com a gestão da crise sanitária realizada pelo governo Bolsonaro.

No Brasil, frente à disseminação de *fake news* e às restrições de informações epidemiológicas impostas pelo governo Bolsonaro, destaca-se a criação do Consórcio de Veículos de Imprensa (CVI) formado por grandes empresas do setor: *O Estado de S. Paulo*; *G1*; *O Globo*; *Extra*; *Folha de S. Paulo*, etc. Diante disto, não apenas informações epidemiológicas foram abordadas por essas empresas de comunicação, mas também a própria forma como o governo lidou com a crise sanitária, fato que causou ataques do Ex-Presidente a jornais como a *Folha de S. Paulo*. Este jornal, um dos mais antigos no país, realizou desde o início do ano de 2020 uma série de editoriais contendo informações sobre a pandemia no Brasil, com destaque para a performance governamental diante da crise sanitária. Sendo um dos mais tradicionais, apresenta um grau considerável de capilaridade nas distintas regiões do país, embora no Sudeste, e num estrato voltado à pequena burguesia consiga ter maior incidência.

Nesse sentido, os jornais não estão desvinculados das relações sociais de produção, e dos interesses das classes sociais, não sendo meros transmissores de notícias. O intelectual italiano Antonio Gramsci (1891–1937), nos lembra em seus *Quaderni del carcere* que os jornais são partidos políticos não oficializados que apresentam pontos de vista e defesa de interesses de classe, não podendo ser analisados e vistos apenas como simples veículos técnicos de informações, como se

numa espécie de empirismo vulgar o trabalho do jornal se manifestasse unicamente pela descrição dos fatos, sem interferência de interesses e valores. Dentro dessa perspectiva, o artigo posto objetiva compreender como em meio a pandemia de Covid-19 o jornal a *Folha de S. Paulo* manejou a opinião pública sobre a gestão da crise sanitária realizada pelo governo Bolsonaro. Nesse ínterim, nosso objetivo está atrelado à hipótese de que os jornais, partindo de uma leitura gramsciana, podem ser considerados “Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs)”, presentes na sociedade civil, que se ligam diretamente aos interesses de classe, tendo a capacidade de criar consenso através da modelagem da opinião pública e da formação de uma memória social coletiva.

Elencamos a *Folha de S. Paulo* como objeto empírico de nossa investigação por ser um dos maiores meios de comunicação em nível nacional com maior alcance no centro-sul do país, locais onde Bolsonaro apresentou percentuais de voto relevantes tanto nas eleições de 2018 quanto na de 2022, apesar de perder nesta última para Lula, candidato do Partido dos Trabalhadores (PT). A esse fato, se soma à sua importância em apresentar uma plataforma digital que nos permitiu realizar a busca de editoriais de opinião. Esse gênero de escrita no jornalismo permite relativa autonomia desses meios de comunicação para a emissão de suas opiniões a respeito de temas sensíveis à sociedade civil. Em termos metodológicos, a pesquisa dos editoriais na máquina de busca do sítio eletrônico da Folha: <https://busca.folha.uol.com.br/> utilizou as seguintes palavras-chave: Covid-19; Governo Bolsonaro e Pandemia. Discriminamos um período para levantamento dos editoriais de 1 de janeiro de 2020 a 1 de janeiro de 2022. Após a aplicação desse protocolo preliminar de busca, obtivemos um total de 180 editoriais que foram lidos na íntegra para observarmos se de fato havia conexão com o nosso tema de investigação. Com essa primeira etapa concluída, pudemos realizar a exclusão de 144 editoriais que não contemplaram a nossa problemática de investigação, o que nos forneceu um total de 36 editoriais que apresentavam essa conexão. Cabe salientar que buscamos como critério editoriais que teceram avaliações sobre a gestão da crise sanitária realizada pelo governo, bem como, aqueles que apontavam críticas ou elogios a mesma. Mediante esse procedimento de construção da nossa base de dados, utilizamos a análise de discurso baseada na metodologia elaborada por Freire (2014) para emprendermos: i) construção do *corpus* empírico; ii) identificação dos conceitos-análise; iii) reconhecimento no texto de como surgem os conceitos-análise; iv) visualização do discurso ao qual o conceito pertence.

Em vista disso, como um meio de situar o leitor na leitura e apreensão do conteúdo da investigação, para além desta introdução e das considerações finais, o texto apresenta um total de três partes: a primeira foca na relação entre memória social e os jornais; a segunda busca entender a partir da ótica gramsciana os jornais, como APHs, que criam consenso mediante a disseminação

de ideias e valores socialmente compartilhados; na terceira busca-se entender melhor a constituição de nosso objeto de estudo: a *Folha de S. Paulo*, no qual tivemos à vista compreender sua história e influência sobre a vida política nacional, e de que forma a análise de nosso *corpus* empírico revela as mediações existentes entre as tessituras de informações que apreendemos, no qual trazemos o aspecto do sentido, mas também o significado atrelado às opiniões do jornal, e que em nossa interpretação contribuem para a conformação de uma memória social compartilhada vinculada à opinião pública alçada ao patamar de um senso comum.

A memória social e o jornal

Na investigação historiográfica não é raro o uso dos jornais como fonte de pesquisa sobre determinada temática. Essas fontes possuem em si o registro de fatos e acontecimentos que num determinado contexto se tornam foco de atenção dos pesquisadores. Todavia, esses registros não podem ser considerados elementos puros, fidedignos à realidade em si, numa espécie de empirismo vulgar, uma vez que são elaborados por homens e mulheres que viveram ou vivem condições concretas ligadas às relações sociais de produção, das lutas de classes e de interesses, e que num período marcado pelo crescimento dos documentos digitais como fontes de pesquisa merecem uma atenção especial quanto aos percursos metodológico e a objetividade da história.

Segundo Marinho *et al* (2021), para além dos conteúdos intrínsecos ao documento histórico digital, é importante saber o que este diz sobre seu tempo, quem são seus autores e como foi produzido. Desse modo, esses arquivos não podem ser tomados de modo acrítico. Essa incursão metodológica deve ficar clara na mente do analista que se propõe a fazer uso desses materiais em pesquisas, especialmente aqueles que tem se dedicado ao tema da memória social coletiva. Para Santos (2021) a memória coletiva pode ser considerada a lembrança que temos do passado e que a realizamos coletivamente. Em si, a memória já estaria incluída nesse aspecto correlacional uma vez que ao nos constituirmos enquanto indivíduos usamos uma memória presente não apenas no âmbito individual, mas no coletivo:

A memória está presente em tudo e em todos. Somos tudo aquilo que lembramos; somos a memória que temos. A memória não é só pensamento, imaginação e construção social, mas também uma determinada experiência de vida capaz de transformar outras experiências a partir de resíduos deixados anteriormente. A memória, portanto, excede o escopo da mente humana, do corpo, do aparelho sensitivo e motor e do tempo físico, pois ela também é o resultado de si mesma, ela é objetivada em representações, rituais, textos e comemorações (SANTOS, 2021, p. 30).

Com o desenvolvimento dos meios de produção, o modo como nos comunicamos também tem se alterado com o tempo. Esse fato é mais nítido na contemporaneidade com a urgência do meio digital em escala mundial. Para Pierre Lévy (1993) essa dinamização influencia, sobretudo, na forma como pensamos e refletimos sobre a vida, uma vez que novas formas de convívio são elaboradas num mundo mais conectado pelas telecomunicações e a informática. Para o filósofo francês, a relação entre o homem, o trabalho e a inteligência humana têm passado por processos constantes que se vinculam aos dispositivos informacionais de variados tipos. Desse modo, não apenas a escrita, mas a leitura, audição, visão, criação, aprendizagem, e acrescentamos a memória, tem sido influenciada pelas novas descobertas da informática. É também desse autor a popularização do conceito de ciberespaço entre as análises e estudos voltados aos meios de comunicação:

Eu defino o ciberespaço como o *espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores*. Essa definição inclui o conjunto dos sistemas de comunicação eletrônicos (aí incluídos os conjuntos de redes hertzianas e telefônicas clássicas), na medida em que transmitem informações provenientes de fontes digitais ou destinadas à digitalização. Insisto na codificação digital, pois ela condiciona o caráter plástico, fluido, calculável com precisão e tratável em tempo real, hipertextual, interativo e, resumindo, virtual da informação que é, parece-me, a marca distintiva do ciberespaço (LÉVY, 2010, pp. 92–93, itálico do autor).

Se a escrita foi, do ponto de vista de uma memória arquivada, uma das maiores invenções humanas, as dinâmicas inseridas no ciberespaço, a exemplo da informática, como argumenta o autor, se tornara o principal meio de comunicação e suporte da memória humana nesse século XXI. Dessa forma, na década de 1980, conforme argumenta Lévy (2007), o uso dos computadores pessoais se tornava mais comuns devido ao avanço dos dispositivos eletrônicos e da internet, especificamente em países centrais do modo de produção capitalista, fazendo com que a fusão das telecomunicações, da informática, da imprensa e também dos videogames se tornassem uma composição multimídia, implicando assim, numa postura nômade dos seres humanos, não exatamente no sentido físico, mas naquele em que:

Mexer-se não é mais deslocar-se de um ponto a outro da superfície terrestre, mas atravessar universos de problemas, mundos vividos, paisagens dos sentidos. Essas derivas nas texturas da humanidade podem recortar as trajetórias balizadas dos circuitos de comunicação e de transporte, mas as navegações transversais, heterogêneas dos novos nômades exploram outro espaço. Somos imigrantes da subjetividade (LÉVY, 2007, p. 14).

Memória social e aparelhos privados de hegemonia...

E no conjunto desse processo, nossa memória também vai se articulando às novas formas de lembrar, de acessar e de construir. Se na década de 1980 Lévy (2007) falava numa disseminação dos computadores pessoais, nesta segunda década do século XXI as observações do filósofo francês ganharam uma materialidade, talvez inimaginável. Os dispositivos portáteis se multiplicaram de tal forma que apenas no Brasil, segundo a pesquisa realizada por Meirelles (2022), um total de 447 milhões de dispositivos digitais (52% de Smartphones e 48% de computadores) estavam em uso no país no mês de junho de 2022.

De acordo com o relatório produzido pelas agências *We Are Social* e *Hootsuite*, um total de dois terços da população mundial possui telefone celular com usuários únicos, atingindo um total de 5,31 bilhões de pessoas no início do ano de 2022. Em termos de usuários da internet, há um total de 4,95 bilhões de pessoas no mesmo período, esse dado impactou para que 58,4% da população mundial apresentassem algum uso de mídia social. Dentre as plataformas digitais mais prediletas dos usuários destaca-se o WhatsApp (15,7%); Instagram (14,6%), Facebook (14,5%); Wechat (11,4%); Douyn (5,1%); Tiktok (4,3%) e Twitter (3,3%).¹ Em que pese o fato de existirem disparidades no acesso às telecomunicações no mundo, é inegável que em termos estatísticos há um crescimento desse terreno em todo o mundo.

Nesse sentido, num mundo de tantas interações digitais, Silverstone (2002) reflete que com o declínio das tradições orais, cada vez mais os fatos são aglutinados em artefatos midiáticos digitais que desalojam à memória das operações internas da mente para textos materializados em mídias como os jornais, blogs, hipertextos, e mais na atualidade: vídeos do YouTube, textos nas redes sociais, que não passam incólume a parcialidade e ao revisionismo histórico, colocando a memória num campo de lutas, permanência e exclusão:

Toda memória é parcial. E, na retórica da mídia, o que se está oferecendo é uma visão do passado que inclui, mas também exclui. É por isso que as batalhas pela memória são travadas com tanta veemência; porque outros reivindicam passados diferentes e recusam os limites de uma interpretação de eventos (SILVERSTONE, 2002, pp. 243–244).

Essas mídias, segundo Enne (2004), acabam sendo instrumentos que articulam a memória com os espaços cotidianos e constituição das identidades num mundo cada vez mais marcado pela globalização que vende estilos de vida em *stories* e vídeos de redes sociais, dando a ideia de que fazemos parte de uma mesma “aldeia” global.

¹ We are Social; Hootsuite. *Digital 2022 global overview report*. 2022. Disponível em: <https://datareportal.com/>. Acesso em 28 nov. 2022.

Em meio a todo esse dinamismo, chama atenção o caso específico dos jornais, mesmo sendo um produto antigo, vêm passando por metamorfoses, desempenhando função de articulação entre fato, memória e comunicação. McLuhan (1969) argumenta que foi no século XIX que o jornal apresentou uma dinâmica técnica mais profunda com mais agilidade na comunicação:

Mesmo antes da aceleração produzida pelo telégrafo, o jornal do século XIX já havia desenvolvido bastante a sua forma em mosaico. As impressoras rotativas a vapor surgiram décadas antes da eletricidade, mas a composição manual mostrou-se superior a qualquer outro meio mecânico até o desenvolvimento do linótipo, por volta de 1890. Com o linótipo, a imprensa pôde adequar melhor sua forma à captação da notícia por meio do telégrafo e à impressão das notícias pelas rotativas (MCLUHAN, 2002, p. 1969).

Para Halbwachs (1990) o avanço da imprensa traz consigo o fato de nós, enquanto indivíduos que temos memória, acessarmos não apenas a nossa lembrança, mas também a memória dos outros, sendo divulgada, escrita e reproduzida. Não precisamos, nesse sentido, vivenciar, experienciar ou testemunharmos fatos históricos noticiados pela imprensa, como ocorreu na contemporaneidade com o 11 de setembro de 2001, no atentado às Torres Gêmeas nos Estados Unidos. Esse lembrar, contudo, só tem efeito quando um fato sai do anonimato e é conhecido e reconhecido, como argumenta Davallon (1999), que a existência de uma memória está intrinsecamente associada à saída da indiferença.

O fato lembrado necessita reencontrar uma vivacidade e reconstrução mediante dados e noções comuns compartilhadas aos diferentes sujeitos de uma determinada comunidade social. Este processo não ocorre de forma automática e sem mediações, e no caso dos jornais, como demonstra Silverstone (2002), trata-se de uma forma de indução que um grupo realiza sobre determinada comunidade. Para Aliaga (2020) o jornal pode manifestar uma visão dos fatos deixando determinadas informações de lado, ou levando outras em consideração e as trazendo para o centro do consenso como manifesta o pensamento gramsciano como veremos no tópico a seguir.

Os jornais como partidos políticos

Para Gramsci (2016), os jornais e a imprensa de modo geral estão ligados à estrutura ideológica de uma determinada classe social dominante, organizada de modo a manter, defender e desenvolver elementos teóricos e ideológicos que permitam a manutenção dessa classe. Desse modo, a imprensa é uma das partes mais dinâmicas da estrutura ideológica de uma classe, não sendo a única. Ao refletir sobre a necessidade de um maior entendimento sobre essa influência,

Gramsci chega a denominar um jornalismo integral que teria como característica o fato de não apenas satisfazer as necessidades das classes dominantes, mas gerar mais público e ampliar sua esfera de alcance. Ao refletir sobre a realidade dos jornais italianos em comparação aos franceses, ele argumenta o seguinte:

[...] eles cumprem duas funções — a de informação e de direção política geral, e a função de cultura política, literária, artística, científica, que não tem um órgão próprio difundindo (a pequena revista para a média cultura) [...] na Itália, pela falta de partidos organizados e centralizados, não se pode prescindir dos jornais: são os jornais, agrupados em série, que constituem os verdadeiros partidos (GRAMSCI, 2016, p. 216).

Essas duas funções, informar e direcionar politicamente, se ligam ao fato de que o leitor dos jornais possui uma visão de mundo, mas tal visão também pode ser transformada filosoficamente, sendo, portanto, maleável. Em seus escritos políticos, Gramsci chama atenção para que os operários devam negar solidariedade aos jornais burgueses ao argumentar que estes não são apenas um meio de comunicação, mas um instrumento de luta motivado por ideias e interesses em lado oposto aos dos trabalhadores:

Todos os dias, pois, sucede a este mesmo operário a possibilidade de poder constatar pessoalmente que os jornais burgueses apresentam os factos, mesmo os mais simples, de modo a favorecer a classe burguesa e a política burguesa com prejuízo da política e da classe operária. Rebenta uma greve? Para o jornal burguês os operários nunca tem razão. Há uma manifestação? Os manifestantes, apenas porque são operários, são sempre tumultuosos, facciosos, malfeitores. O Governo aprova uma lei? É sempre boa, ágil e justa, mesmo se... não é verdade. Desenvolve-se uma campanha eleitoral, política ou administrativa? Os candidatos e os melhores programas são sempre os dos partidos burgueses (GRAMSCI, 1976, p. 96).

Até mesmo naqueles momentos em que determinados jornais buscam tecer críticas à atuação de figuras políticas, como veremos nesse artigo, não o fazem sob o manto dos interesses das classes trabalhadores e grupos subalternos, mas para fazer frente aos interesses das frações da classe dominante que, frente à cena política, anseiam por restaurações/alterações de sua dominância, que se dá tanto no plano econômico, mas também no ideológico, político e social. Dessa forma, este debate está vinculado ao aspecto da hegemonia que em Gramsci não se estabelece apenas pelo uso da força e da coerção, mas também pelo consenso.

Conforme argumenta Aliaga (2021) o conceito de hegemonia tem alta dimensão no pensamento de Gramsci e se atrela à noção que aglutina relações de força associadas às visões de mundo, construção subjetiva de consensos e conformismos, quanto nas próprias mediações objetivas entre as classes sociais que sustentam o poder político por intermédio da reprodução da

dominação capitalista. Contudo, como nos lembra Fontes (2018), a questão da hegemonia não está posta em Gramsci meramente como a construção de uma visão de mundo desvinculada dos processos concretos da sociedade de classes, ou numa esfera meramente superestrutural e culturalista, como a autora menciona em crítica aos postulados de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe:

Ao Gramsci *post mortem* chegaram a atribuir a adesão a um acanhado reformismo, refrescado pela exigência da “radicalização democrática da democracia” à la Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2004), na qual a categoria de hegemonia perde seus vínculos concretos com a estrutura produtiva e com as modalidades de coerção, convertendo-se em peça de retórica. A primeira coerção a desaparecer é a própria condição de trabalhador sob o capital: o permanente processo de expropriação (da terra e de direitos) que subjaz como condição fundamental à produção capitalista de braços “livres” é novamente naturalizado (FONTES, 2018, p. 219).

Entendemos, assim, que a noção de hegemonia não pode ser compreendida de modo instrumentalista como uma redução à obtenção de dominação ideológica, como também atesta Dias (1996), mas da constituição de um nexos entre essa visão e a realização da construção dessa hegemonia que ocorre no cotidiano antagônico das classes:

O processo da hegemonia se realiza tanto no plano do movimento quanto no plano das instituições. Não faz, assim, o menor sentido reduzir Gramsci a um teórico da cultura ou das ‘superestruturas’. Estamos falando da construção de uma racionalidade nova, distinta da anterior, projeto de ‘elevação civil dos estratos deprimidos da sociedade’. Trata-se da *transformação das condições de existência das classes subalternas*. Essa reforma intelectual e moral deve, necessariamente, estar ligada a um programa de reforma econômica que é, exatamente, o seu modo concreto de apresenta-se (DIAS, 1996, p. 10).

A visão expressa por Dias (1996) nos ajuda a compreender o que Gramsci (1975) no *quaderni* 1, escrito em fevereiro de 1929, no § (38)² intitulado: *Rapporti tra struttura e superstructure*, reflete em relação à imbricação entre estrutura-superestrutura na concepção marxiana. Para esse intelectual italiano, no marco da totalidade, a mediação entre esses elementos se configura também pela relação de forças políticas, no qual as aspirações ideológicas germinadas em determinado momento surgem e entram em embate até o período em que uma delas, ou uma só combinação

² Ao realizarmos a menção aos cadernos do cárcere de Gramsci, devido às suas especificidades de leitura e produção, no qual Gramsci os escreveu quando esteve preso pelo regime fascista italiano, as notas que o autor fez são acompanhadas de parágrafos, no qual se utiliza o símbolo §, seguidas do seu número entre parênteses. Essa forma de mencionar o texto de Gramsci ajuda que outros pesquisadores identifiquem o trecho citado com mais facilidade na obra. Portanto, ao utilizarmos alguma passagem da obra, efetuaremos menção ao número do parágrafo, título do caderno e página do trecho citado.

dessas ideologias, prevaleça e se imponha para além das unidades econômica-política e intelectual-moral num nível mais universal vinculado à hegemonia.

Essa noção também direciona a análise para o entendimento daquilo que Gramsci (1975) reflete no § (44) intitulado: *Direzione Politica di classe prima e dopo Inondata al governo* deste mesmo *quaderni* 1, no qual argumenta que uma classe materializa sua dominância conjugando direção e dominação, sendo dirigente das classes e frações de classes aliadas, mas também dominante das classes adversárias. Antes de chegar ao poder esta classe pode ser e deve ser dirigente, mas assim que desempenha o poder torna-se dominante, continuando a ser dirigente, sendo o terreno da hegemonia aquele da sociedade civil. Importante salientar que a distinção entre sociedade civil e sociedade política realizada por Gramsci tem um significado didático, não podendo ser entendidas de modo dicotômico na realidade concreta.

Essa constatação nos ajuda a compreender que a hegemonia não se elabora apenas pelo uso dos aparelhos coercitivos do Estado integral, como a polícia, exército e o judiciário, mas também pelos Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs), que existem na sociedade civil, e que desempenham funções pedagógicas, dentre os quais pode-se destacar a escola e os jornais. Neste caso em específico, se pensarmos nos jornais como formuladores de opinião pública, perceberemos que estes sedimentam visões de mundo por estarem vinculados a interesses de classe, como Gramsci (1977) argumenta no *Quaderni* 7, § 83, escrito entre 1930 e 1931. Os jornais estão vinculados a criação de opinião pública, considerados pelo autor como o ponto de contato entre a sociedade civil e a sociedade política, entre o consenso e a força, implicando na conformação de uma vontade política:

O que se chama “opinião pública” está intimamente ligado à hegemonia política, ou seja, é o ponto de contato entre “sociedade civil” e “sociedade política”, entre consenso e a força. Quando o Estado quer iniciar uma ação impopular, cria antecipadamente uma opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil. [...] A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública que poderia ser discordante: portanto, existe a luta pelo monopólio dos órgãos de opinião pública: jornais, partidos, parlamento, para que uma única força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, organizando as divergências em uma poeira individual e desorganizada (GRAMSCI, 1977, Q 7, § 83, pp. 914–915).³

Essa noção é curiosa porque, considerando a ideia de Estado Integral de Gramsci (sociedade civil mais a sociedade política), sempre que as classes ou frações de classes da burguesia

³ **No Original:** *Ciò che si chiama «opinione pubblica» è strettamente connesso con l'egemonia politica, è cioè il punto di contatto tra la «società civile» e la «società politica», tra il consenso e la forza. [...] L'opinione pubblica è il contenuto politico della volontà politica pubblica che potrebbe essere discordante: perciò esiste la lotta per il monopolio degli organi dell'opinione pubblica: giornali, partiti, parlamento, in modo che una sola forza modelli l'opinione e quindi la volontà politica nazionale, disponendo i discordi in un pulviscolo individuale e disorganico.*

procuram apoio para a aprovação de pautas que beneficiam seus interesses, no caso brasileiro, há na mídia, e especialmente na imprensa e em jornais tradicionais o espaço para que intelectuais orgânicos da burguesia, ou seja, especialistas que desempenham a função de formação de consenso mediante a elaboração de cultura e visão de mundo, emitam opiniões naturalizadas como senso comum, repetidas na televisão, e sites desses jornais, embora com as redes sociais esse debate tenha ficado mais descentralizado, quando comparamos ao que ocorria no Brasil antes da disseminação da internet em larga escala. Aliaga (2020) argumenta, por exemplo, que a grande imprensa no Brasil (a imprensa corporativa) que reúne grupos familiares e de empresários, são conservadores e não apresentam nenhum interesse em mudar a realidade de exploração e iniquidade social, atuam como propagadores dos interesses desse Estado integral, e não necessariamente de um governo, embora possa existir elementos de oposição, como demonstraremos em nossa pesquisa empírica, mas ao longo prazo, salienta a autora que tais meios de comunicação sustentam o status quo, e a hegemonia do Estado capitalista. Aliaga (2020) também destaca que, quando um governo quer aprovar alguma medida antipopular, os aparelhos públicos de comunicação entram em cena, como as agências oficiais de notícias do Estado, mas também aparelhos privados, como os jornais, no intuito de preparar a aceitação das medidas que serão realizadas, não necessitando, assim, do uso da força estatal. Um exemplo clássico desse fenômeno são as propagandas realizadas por esses veículos de comunicação sobre o déficit na previdência social, conforme argumenta Machado (2019), e os interesses no fundo público pelo capital financeiro, conforme atestam as pesquisas de Davi *et al* (2011); Behring (2018); Silva (2018); Salvador (2018), e até mesmo da necessidade de manutenção do teto de gastos com a Emenda Constitucional n.º 95/2016, aprovada no governo Temer, e mantida no Governo Bolsonaro.

Para Sodré (1999) na esteira dessa discussão, a dominação exercida pela burguesia no Brasil faz uso imprescindível da imprensa e dos meios jornalísticos. O convencimento através desses mecanismos funciona como aporte na construção do status quo, e das ações que são realizadas, de modo a justificar os caminhos adotados na sociedade, deformando a realidade:

A grande imprensa brasileira opera, na fase atual, uma tarefa que nunca antes desempenhou: a de deformar a realidade, ou a de escondê-la. No momento, por exemplo, todos os grandes jornais apoiam o neoliberalismo adotado pelo governo brasileiro, uns com mais veemência, com menos veemência, outros. Tais jornais perderam aquilo que se conhece como credibilidade, o que eles informam não merece confiança (SODRÉ, 1999, p. 16).

Apesar do texto de Sodré datar de um período que para a história atual parece longínquo, em nossa opinião ele é atual porque consegue condensar o que vivenciamos na realidade, e como

mostraremos em nossa pesquisa, esse apoio às políticas de corte neoliberal está mais fortalecido, inclusive num momento de crise sanitária como vivenciamos no Brasil.

Portanto, falar em hegemonia é entendê-la de modo correlacional e pedagógico, não em um sentido escolástico, mas numa perspectiva que implique toda a sociedade, conforme Gramsci (1977) demonstra no *Quaderni 10*, escrito entre 1932 a 1935, e intitulado: *La filosofia di Benedetto Croce*. Dessa forma, não apenas as empresas jornalísticas, mas também uma multiplicidade de organizações repressivas, legais e ilegais e das atividades privadas compõem essa ecologia no terreno da hegemonia. No *Quaderni 8* intitulado: *Miscellanea e Appunti di filosofia III* escrito entre 1931 e 1932 e no §(179), Gramsci reflete que todo Estado é ético enquanto uma de suas funções é justamente elevar o nível cultural e moral correspondente ao desenvolvimento das classes dominantes:

[...] todo Estado é ético no sentido de que uma de suas funções mais importantes é a de elevar a grande massa da população a um certo nível cultural e moral, nível (ou tipo) que corresponde às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, aos interesses das classes dominantes. A escola como função educativa positiva e os tribunais como função a educação repressiva e negativa são as atividades estatais mais importantes nesse sentido: **mas na realidade uma multiplicidade de outras iniciativas tende para o fim e atividades ditas privadas que formam o aparato da hegemonia política e cultura das classes dominantes** (GRAMSCI, 1977, Q 8, § 179, p. 1049–1050, grifo nosso).⁴

Essas iniciativas se manifestam pelos Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs) dos quais os jornais fazem parte. Gramsci (1977, Q 8, §179) entendia que os jornais não podem ser vistos como meros divulgadores de fatos, e que em sociedades cujo desenvolvimento ainda não promoveu a proliferação de partidos políticos, a função destes é realizada pelos jornais. Para Aliaga (2020) os APHs não estariam soltos no ar como se não existisse nenhuma mediação entre eles e as relações concretas de produção social, de modo a argumentar que tais aparelhos são os meios pelos quais as classes se organizam para se colocarem na luta política, tendo sua raiz na sociedade civil. Se entendermos o Estado em Gramsci numa concepção integral, como já reiteramos, que no marco de uma totalidade implica a sociedade política mais a sociedade civil, e a hegemonia como a unidade

⁴ **No original:** *Mi pare che ciò che di più sensato e concreto si possa dire a proposito dello Stato etico e di cultura è questo: ogni Stato è etico in quanto una delle sue funzioni più importanti è quella di elevare la grande massa della popolazione a un determinato livello | culturale e morale, livello (o tipo) che corrisponde alle necessità di sviluppo delle forze produttive e quindi agli interessi delle classi dominanti. La scuola come funzione educativa positiva e i tribunali come funzione educativa repressiva e negativa sono le attività statali più importanti in tal senso: ma in realtà al fine tendono una molteplicità di altre iniziative e attività cosiddette private che formano l'apparato dell'egemonia politica e culturale delle classi dominanti. La concezione di Hegel è propria di un periodo in cui lo sviluppo in estensione della borghesia poteva apparire illimitato, quindi l'eticità o universalità di essa poteva essere affermata: tutto il genere umano sarà borghese. Ma in realtà solo il gruppo sociale che pone la fine dello Stato e di se stesso come fine da raggiungere, può creare uno Stato etico, tendente a porre fine alle divisioni interne di dominati ecc. e a creare un organismo sociale unitario tecnico-morale.*

força-consenso, entendemos o porquê que a força deve aparecer apoiada no consenso da maioria expressa nos organismos de opinião pública.

Consideramos, assim, que os organismos de opinião pública também são responsáveis pela formulação de consenso na sociedade, sendo a imprensa, formada na sua contemporaneidade pela racionalidade capitalista, atuando como empresas de comunicação na defesa dos interesses de classe. Aliaga (2020) também destaca que, em relação aos APHs, o privado faz referência à sociedade civil, não sendo pertencente ao Estado *strito sensu*, a exemplo da imprensa oficial. O Estado entendido numa acepção restrita implica na sociedade política, no qual podemos encontrar centros de poder como o judiciário, executivo e legislativo, por esse ponto de vista o privado pertence à sociedade civil, e é nela que as distintas classes sociais se organizam.

Salientamos que numa ótica gramsciana essas considerações são didáticas, pois a sociedade civil é parte constitutiva do Estado Integral (Sociedade política mais Sociedade Civil), por isso que as relações sociais que formam a sociedade civil não estão separadas daquelas da sociedade política. A esse modo, os órgãos de opinião pública, na medida em que são organizados por classes e frações de classe, realizam a função de sustentação desse Estado integral, conformando e disseminando a hegemonia vigente, ou até mesmo questionam a hegemonia estabelecida a partir dos interesses dos grupos sociais pelos quais esses aparelhos privados são criados.⁵

Esses processos nas relações cotidianas são naturalizados pelos indivíduos, não sendo, portanto, visíveis diretamente, tendo em vista que o aspecto da naturalização do consenso é parte integrante da conformação da hegemonia de uma classe dirigente e dominante. A exemplos dos jornais, como veremos com a *Folha de S. Paulo*, este participou de momentos cruciais da história política brasileira, sendo sua trajetória vinculada a conformação de opiniões públicas sedimentadas por interesses de classe. Nesse ponto em específico, também consideramos os jornais como um APH, e a própria constituição da hegemonia enquanto processo que se vincula com o aspecto da memória coletiva. Nesse sentido, de que modo uma hegemonia poderia se estabelecer sem uma memória coletiva que sedimenta consensos? Para nós, essa tarefa se tornaria inviável, é justamente a opinião pública disseminada pelos APHs como os jornais que congrega subjetividades e consensos no nível político, cultural, ético e social de modo geral como veremos a seguir.

Formação de Consenso pela *Folha de S. Paulo*

⁵ Indicamos o texto de Hoeveler (2020) para uma apreciação sistemática sobre a concepção de APHs em Gramsci, bem como Moraes (2009) sobre a função dos jornais na criação de consenso.

Como uma melhor forma de guiar o leitor na análise e discussão dos dados e informações de nossa pesquisa, subdividimos o presente tópico em três partes: i) na primeira realizamos um pequeno itinerário pela história da *Folha de S. Paulo* com o intuito de evidenciar sua lógica capitalista de defesa da ordem e do consenso das classes dominantes; ii) num segundo momento tratamos do escopo empírico de nossa investigação, revelando as marcas discursivas em que se aglutinam os editoriais da *Folha*; iii) e num terceiro momento evidenciamos que nem sempre o que se apresenta como crítica, implica no questionamento de um consenso estabelecido, podendo significar a defesa de uma recomposição ou linha de ação de determinadas frações de classe.

Um pouco da história da *Folha de S. Paulo*

A *Folha de S. Paulo* tem sua história iniciada nas primeiras décadas do século XX, mais especificamente em 1921 com a criação do jornal *Folha da Noite*, em 1925 com a *Folha da Manhã*, e em 1949 com a *Folha da Tarde*. Esses três jornais se aglutinaram em janeiro de 1960 no que conhecemos como *Folha de S. Paulo*. Sodré (1999) argumenta que esses jornais nasceram com uma estrutura empresarial, defendendo interesses de classe. O autor também argumenta que a criação da *Folha da Manhã* teve como fundador Pedro Cunha e Olival Costa, e que no ano subsequente o Partido Democrático era fundado, tendo seu material divulgado pelo jornal.

É interessante observarmos que a história desse jornal está atrelada ao que Gramsci (1977, Q 7, § 83) denominava como o ponto de contato entre Sociedade Civil e Sociedade Política, a exemplo do fato de que já no ano de 1921 fez campanha favorável ao voto secreto, apoiando o Tenentismo e o Partido Democrático. Em 1931 o jornal é vendido para Octaviano Alves de Lima, pertencente a fração agrária do capitalismo brasileiro, sob sua gestão o jornal defendeu valores vinculados aos interesses dos latifundiários detentores de plantações de café, advogando em prol do liberalismo econômico e se opondo ao Estado Novo de Getúlio Vargas.⁶

Em 1945, sob administração de José Nabatino Ramos, o jornal adota uma “imparcialidade” na política de redação, nesse período há um maior enfoque para a produção de conteúdo para a pequena burguesia, bem como a defesa pelo ensino público e da cédula única de votação. Só em 1960 que há a aglutinação dos três periódicos no que conhecemos hoje como *Folha de S. Paulo*. Segundo Muniz (1999), no golpe militar de 1964 o jornal chegou a apoiar a investida cedendo seus

⁶ FOLHA DE SÃO PAULO. *História da Folha. Folha*. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia_folha.htm#:~:text=A%20hist%C3%B3ria%20da%20Folha%20come%C3%A7a,o%20jornal%20Folha%20de%20S.. Acesso em: 12 out. 2022.

carros para as ações que eram realizadas pela chamada operação bandeirantes, que investigava organizações comunistas e de oposição ao regime.

Foi também sob o regime militar que os investimentos publicitários aumentaram de 18% para 30%, sendo a maior monta àquela advindo da indústria automobilística, concessionárias de carros, bancos, etc. Além dessas empresas privadas, o Estado também era um grande anunciador do período mediante as propagandas institucionais, o que fornecia receitas consideráveis para o setor publicitário. Antes mesmo do Golpe de 1964, Frias de Oliveira — comprador da *Folha* em 1962 —, se beneficiou da concessão de administração da Estação Rodoviária da Luz; seu sócio, o empresário Carlos Caldeira, foi nomeado em 1979 para ocupar a função de prefeito da cidade de Santos, no governo de Paulo Maluf. Para Muniz (1999) a moeda de troca que a *Folha* deu foi seu silêncio e complacência diante da autocracia que o regime propalava.

Em 1975, já sob mudança de posição frente ao regime militar, e antevendo a perspectiva de transição sob pressão popular, a *Folha* dá espaço em sua política editorial às visões não consensuais sobre o regime. Muniz (1999) destaca que lideranças estudantis, sindicais, além da contratação de jornalistas como Mino Carta, davam clara sinalização de mudança, tanto pelas críticas ao regime, como também pela conjuntura de queda de regimes ditatoriais em Portugal e na Espanha. Em 1984 o jornal faz campanha favorável às Diretas Já, sendo possível observar uma mudança em sua linha editorial para a criação de um consenso em torno da necessidade de modernização do Estado brasileiro a partir da inserção das reformas estruturais realizadas no governo de FHC sob o manto do neoliberalismo, como destaca a pesquisa de Carvalho (2006).

Na contemporaneidade, especialmente com o advento dos governos do PT, a *Folha* também não deixou de emitir opiniões e fazer prevalecer interesses de classe, em que pese à lógica de conciliação do PT, políticas como o Programa Mais Médicos ganharam tom de crítica do jornal como assevera a pesquisa realizada por Morais (2014); assim como a desqualificação do Sistema Único de Saúde (SUS) como apontam Silva e Rasera (2013).

Se do ponto de vista de uma rotinização midiática esses elementos da história da *Folha* parecem estar “acima” da sociedade de classes, numa lavra gramsciana entendemos que, pelo contrário, nenhuma notícia apresenta caráter descontinuado e desinteressado. Mesmo que em determinados momentos exista crítica aos elementos da ordem, tais críticas não são realizadas de modo a constituir uma ruptura total com o consenso das classes dominantes quanto a dominação burguesa. Essa tomada de posição de classe e de interesses de manutenção de uma ordem, que não aparecem explicitamente, mas estão presentes nos editoriais, faz parte do que Miguel (2015) argumenta em relação ao fato de que os jornais são determinados socialmente e que a análise e

compreensão das disputas políticas deve considerar a heterogeneidade de seu público; a construção de sentido a longo prazo e as estratégias diferenciadas dos agentes políticos. Por esse motivo, não há possibilidade de existir um jornalismo que fuja da condição de promover conteúdo a partir de um referencial social, embora sua capacidade de consenso tenha como condição sua posição de enunciação, aparentemente posta como intérprete de uma visão universal dos fatos que ocorrem na sociedade.

O que os Editoriais da *Folha* revelam sobre o governo Bolsonaro na Pandemia?

Sem cairmos naquilo que Miguel (2015) denomina como o fetiche da valência mediante a quantificação e matematização de elementos existentes nos jornais, mas reiterando apenas em termos didáticos e expositivos os principais resultados de nossa pesquisa, chamamos atenção ao fato de que os principais conceitos desvelados foram: i) sabotagem; ii) negacionismo científico; iii) incompetência/negligência e em menor grau, iv) conflitos institucionais. Em termos gráficos podemos visualizar na imagem a seguir como ficou à disposição das frequências desses conceitos:

Figura 01 - Nuvem de frequência dos conceitos sínteses identificadas



Fonte: Elaboração própria.

A Sabotagem remete a um conjunto de práticas e discursos que foram realizadas pelo Ex-Presidente Bolsonaro. Na construção desse conceito percebemos um discurso associado a movimentos contrários ao que a comunidade científica defende para uma boa contenção da Pandemia de Covid-19. A não atuação para com os povos autóctones localizados em territórios

urbanos e rurais de modo a protegê-los mediante insumos médico-sanitários, passando pela não divulgação de informações epidemiológicas relevantes e alteração da forma de mensuração de óbitos, casos e vacinação, se somam ao desprezo pelas práticas não farmacológicas de combate à pandemia: uso de máscara e do distanciamento social.

Essa mesma lógica foi prevacente em relação ao uso de fármacos como a cloroquina e hidroxicloroquina num suposto “tratamento precoce”, posição que influenciou a demissão de ministros como Henrique Mandetta e Nelson Teich da pasta da saúde. Noutra faceta dessa mesma questão, a *Folha* chama atenção para a minimização da pandemia por parte do Ex-Presidente Bolsonaro, colocando que tal movimento influencia para uma diminuição da gravidade da Covid-19 por se tratar de uma figura pública.⁷ Por vezes, é um padrão remanescente encontrado em nossa sistematização do *corpus* empírico a *Folha* alçar a figura de Bolsonaro como sinônimo de governo. Essa característica surge mediante o entendimento de que ao discursar e efetuar práticas em público, Bolsonaro estaria externalizando o consenso de seu governo.

No aspecto da imunização, a negligência para com a compra de imunizantes, e a recusa de ofertas realizadas pela farmacêutica *Pfizer* seriam parte de um discurso antivacina, do qual estaria implícito o objetivo da “imunidade de rebanho” no qual quanto maior a taxa de infectados, maior o número de pessoas que iriam se beneficiar com uma suposta “imunização natural”. Tal fundamento justificaria não apenas o questionamento por parte de Bolsonaro em relação à eficácia das vacinas, mas também a morosidade na aquisição de imunizantes:

O negacionista Jair Bolsonaro, que sabota os esforços das autoridades na linha de frente do combate ao coronavírus desde o início da pandemia, nunca descansou em sua ofensiva macabra para minar a confiança da população nos imunizantes e nas medidas sanitárias. Nesta semana mesmo, Bolsonaro voltou a dizer que não tomará a vacina e minimizou sua eficácia, a despeito das demonstrações oferecidas por inúmeros estudos científicos e pela queda palpável dos números de mortes e infecções nacionais nos últimos meses. Bolsonaro insiste na patranha antivacina porque precisa oferecer algo para alimentar os fanáticos que ainda sustentam parte da sua popularidade declinante. Ele depende desses setores radicalizados para viabilizar sua campanha à reeleição no próximo ano.⁸

⁷ Basta de boicote: País chega à etapa mais mortífera da pandemia em razão da desorientação federal. *Folha de São Paulo* Editorial. 3 de março de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2021/03/basta-de-boicote.shtml>. Acesso em 25 ago. 2022.

⁸ Não ao negacionismo: Marca de 100 milhões de imunizados reflete capacidade do SUS e adesão social. *Folha de São Paulo*. Editorial. 14 de outubro de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2021/10/nao-ao-negacionismo.shtml>. Acesso em 25 ago. 2022.

Junto à sabotagem, o negacionismo científico seria outro aspecto que evidenciamos nos editoriais da *Folha* em relação ao governo Bolsonaro. Este aspecto estaria representado pela forma como o Ex-Presidente endossou o uso de medicamentos sem eficácia científica para o tratamento da Covid-19, como a hidroxicloroquina. Esse endosso estaria alicerçado pela chancela militar, especialmente na figura do ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello. O negacionismo científico também se evidenciou no discurso antivacina do qual identificamos a colocação, por parte da *Folha*, da defesa pela imunização como controle eficaz da Covid-19. Bolsonaro mediante suas falas lançou dúvidas sobre a população no tocante à vacinação, atrapalhando as instâncias técnicas que buscavam uma maior efetividade na imunização:

O governo Jair Bolsonaro, em que pesem as evidências favoráveis à vacinação em massa contra o vírus da Covid-19, não descansa em investidas contra o uso do imunizante, das quais participam sabujos de todos os setores do Executivo. Na visão delirante do mandatário, propalada em seu discurso na abertura da Assembleia-Geral da ONU, a exigência de comprovantes de vacinação em eventos e situações de aglomeração deve ser tratada como ofensa à liberdade individual, e não como medida sanitária para enfrentar a pandemia.⁹

Mesmo com Marcelo Queiroga como substituto de Eduardo Pazuello na pasta da saúde, ainda é possível identificar como a *Folha* chama a atenção para a geração de dúvidas por parte do governo sobre este aspecto da vacina:

Bolsonaro e o ministro Queiroga fazem uso de um caso de morte em São Paulo de um jovem. Ao fazer a ligação entre a morte e a vacinação, estes como figuras públicas desacreditam a eficácia das imunizações [...] Queiroga errou mais: citou um caso de morte de adolescente em São Paulo que se encontra sob investigação, não sendo possível afirmar que tenha relação com imunizante. Ministro e Bolsonaro reeditam, assim, um momento vil da Presidência na pandemia, quando explorou um suicídio —de novo, um paulista— para desacreditar a vacina do Instituto Butantan. Aprofunda-se, em paralelo, a descoordenação entre entes da Federação no enfrentamento da pandemia.¹⁰

O elemento antivacina seria parte de uma campanha obscurantista que teria promovido a portaria MTP n.º 620, de 1 de novembro de 2021, que impede que empregadores adotem o passaporte sanitário em suas empresas; e a portaria SECULT/MTUR n.º 44º, de 5 de novembro de 2021 que semelhantemente veda proponentes de ações culturais de exigirem passaporte sanitário para a execução/participação de evento cultural sob encargo de multa.

⁹ Picuinhas antivacinais: Sabujos de Bolsonaro ainda insistem em atacar a hoje bem-sucedida imunização. Editorial. Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2021/11/picuinhasantivacinais.shtml>. Acesso em 25 ago. 2022.

¹⁰ Querelas de Queiroga: Guinada na vacinação de jovens indica subserviência do 4º ministro a Bolsonaro, Folha de São Paulo. Editorial. 19 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2021/09/querelas-de-queiroga.shtml>. Acesso em 25 ago. 2022.

Com relação à negligência, percebemos que este conceito-análise está vinculado às práticas que ignoram a necessidade de ações na condução sanitária com base nas recomendações de cientistas e de organismos internacionais como a Organização Mundial de Saúde (OMS). Percebe-se uma vinculação e defesa da *Folha* por um discurso médico-sanitária que, diante de um momento inicial de impossibilidade de imunização contra o SARS-CoV-2, atestou a importância de medidas profiláticas como o distanciamento social, higienização das mãos e uso de máscaras. Para o jornal, o Ex-Presidente Bolsonaro ignora essa discussão no afã de criar formas de agilizar o retorno das atividades econômicas, separando a saúde da economia e não percebendo que a não atenção às recomendações sanitárias promove um maior atraso das atividades econômicas. Esse aspecto também se soma a nomeação de Eduardo Pazuello para o Ministério da Saúde, mesmo que este não tenha experiência da área da gestão em saúde, o que teria implícito a intenção de aparelhar o Ministério com militares aptos a obedecer sem questionar seus fundamentos:

[...] Bastaria citar a investida contra a atuação técnica do Ministério da Saúde — que culminou com a nomeação de um general servil e inepto para a pasta— para atestar o descaso do mandatário, que se traduz em milhares de mortes potencialmente evitáveis.¹¹

[...] Nunca se poderá esquecer que o Brasil viveu uma catástrofe, por efeito direto da negligência do governo Jair Bolsonaro. Por aqui, há ressalvas a fazer. Os dados brasileiros sobre o novo coronavírus são precários e, sem investimentos e acompanhamento do Ministério da Saúde, a chamada vigilância genômica é ainda pior.¹²

O aspecto da negligência se coaduna com o do conflito institucional. O governo Bolsonaro teria conflitos internos e a saída de Henrique Mandetta da pasta da saúde representaria essa noção pelo fato de estar minimamente vinculado a aspectos técnicos e sanitários. A interferência de Bolsonaro na escolha de nomes em cargos centrais, e o conflito entre o governo federal e o Supremo Tribunal Federal (STF) seriam pedras angulares desse conceito-análise. Em relação ao STF, a disputa seria pelo poder de mando do governo federal sobre estados e municípios. Este conflito se daria pelo fato de que Bolsonaro almejava que suas práticas pró-pandemia alcançassem espaço nessas esferas administrativas, intenção frustrada pela autonomia que o STF deu a esses

¹¹ Vacina informativa: Ante irresponsabilidade de Bolsonaro, veículos lançam campanha pela imunização. Folha de São Paulo. Editorial. 29 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2021/01/vacina-informativa.shtml>. Acesso em 25 ago. 2022.

¹² Alívio parcial: Delta não reverteu queda das mortes por Covid, mas números ainda exigem alerta. Folha de São Paulo. Editorial. 27 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2021/09/alivio-parcial.shtml>. Acesso em 25 ago. 2022.

entes para regular medidas de isolamento social, fechamento do comércio e demais restrições de circulação de atividades econômicas.

Para além da sabotagem nas políticas e recomendações técnicas; negacionismo científico em relação às medidas profiláticas; atraso na vacinação e os conflitos institucionais, outro discurso que percebemos nos editoriais é o da incompetência. Se do ponto de vista administrativo esse termo indica a ausência de conhecimentos e habilidades para o manejo de determinada ação e alcance de objetivos, no jornal o governo Bolsonaro aparece como incapaz de prever ações e atuar de modo proativo na resolução de questões:

O Ministério da Saúde tendo à frente o general Eduardo Pazuello foi incapaz de prever e agir para remediar em tempo o colapso no fornecimento de oxigênio para UTIs convertidas em câmaras de asfixia —para não mencionar a indignidade de promover a inócua cloroquina. O governo Jair Bolsonaro carrega, decerto, o peso maior de responsabilidade pelas mortes evitáveis —por pregar contra o distanciamento social, propagandear falsas curas e resistir o quanto pôde a planejar a vacinação.¹³

É uma lástima que a incompetência e a ignorância do governo Jair Bolsonaro tenham retardado a vacinação contra a Covid-19, contribuindo para dezenas de milhares de mortes evitáveis no Brasil. Quando faltavam vacinas, o distanciamento não foi uma resposta ideológica, como apregoam os negacionistas do bolsonarismo, mas uma questão de obedecer às melhores recomendações da ciência para salvar vidas.¹⁴

Contudo, se em termos didáticos e de exposição esses conceitos que identificamos são postos em tela de modo separados, na realidade concreta eles se interpenetram e se vinculam às práticas reais e a interesses de classe. É certo que a *Folha* não é um jornal que paira sobre a sociedade, ela possui uma vinculação material correlacionada à luta de classes, e mesmo que aparentemente coloque em seus editoriais uma visão negativa sobre o governo e o Ex-Presidente Bolsonaro, isso não implica que ela esteja contra uma ordem maior, a mesma ordem que permite por exemplo que vacinas sejam tratadas como mercadorias.

Em que pese esse fato, e longe de cairmos numa teleologia do qual o capitalismo é o responsável por todas as questões humanas, embora o modo como a sociedade se organiza e produz as condições concretas de existência da vida digam muito a respeito da forma como nos associamos, é nítido que há, pelo menos do ponto de vista de nosso recorte empírico, a formação

¹³ Tragédia manauara: Responsabilidade de governadores e prefeitos por mortes também deve ser apurada. Editorial. Folha de São Paulo. 17 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2021/02/tragedia-manauara.shtml>. Acesso em 25 ago, 2022

¹⁴ Estamos vencendo: Vacinação se dissemina no Brasil como em poucos países e permite retorno vigilante à normalidade. Editorial. Folha de São Paulo. 27 de outubro de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2021/10/estamos-vencendo.shtml>. Acesso em 25 ago. 2022.

de uma opinião negativa sobre o governo em sua gestão para com a pandemia. Todavia, se numa perspectiva gramsciana entendemos a *Folha* como um APH que elabora consenso por intermédio da construção de uma opinião pública, é válido identificar também que uma contraposição pode ser realizada mantendo o consentimento, aspecto que veremos no tópico a seguir de forma mais detalhada.

Contraposição para manutenção do consentimento

Dentro do *corpus* empírico que sistematizamos percebemos um elemento que apesar de implícito congrega uma visão de mundo pautada no corte de gastos públicos. Esse elemento diz respeito à defesa velada por uma prática econômica denominada como responsável. Para a *Folha de S. Paulo*, a Emenda Constitucional n.º 95 de 2016 (EC 95/2016), aprovada no governo de Michel Temer (MDB), deve ser seguida à risca no governo Bolsonaro. Segundo os editoriais em que percebemos essa marca, o Ex-Presidente Bolsonaro seria culpado por não saber aproveitar a oportunidade que tem para colocar em prática uma gestão eficiente da pandemia de Covid-19 a partir de uma política orçamentária que respeite a EC 95/2016. Mesmo que aparentemente faça a defesa por políticas como a do auxílio emergencial, a opinião do jornal vai de encontro a uma visão neoliberal no qual demarca bem o peso do Estado:

[...] O auxílio emergencial deve ser reformulado com foco mais preciso e a contrapartida de um programa mínimo de reequilíbrio orçamentário. Aperfeiçoamentos regulatórios em setores como energia e saneamento, bem como concessões e, quem sabe, vendas de estatais, compõem o plano de sobrevivência até 2022. É pouco diante das necessidades do país, mas não diante das capacidades de Bolsonaro.¹⁵

De modo a defender o uso racional dos recursos das finanças públicas, indica a necessidade de um plano de contenção do desperdício dos recursos escassos, e efetua crítica à apropriação de tais recursos por setores do congresso nacional, em especial os partidos que compõem o chamado “centrão”. Deste modo, o governo Bolsonaro estaria sendo irresponsável para com as contas públicas, fato que para o jornal é o demiurgo da instabilidade econômica, aumento da taxa de juros

¹⁵ Plano mínimo: Para evitar ano perdido é preciso vacina, auxílio e programa de ajuste fiscal. Editorial. Folha de São Paulo. 28 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2021/02/plano-minimo.shtml>. Acesso em: 11 jan. 2023.

e desvalorização cambial. Como saída, a *Folha* aposta na geração de empregos e rechaça o descontrole orçamentário que o governo Bolsonaro realizou.¹⁶

Ora, se olharmos tais argumentações apenas pelo campo administrativo/contábil, esqueceremos de visualizar as intencionalidades por trás dessas enunciações. Um dos primeiros elementos que chamamos atenção é a impossibilidade de uma maior geração de empregos formais que não sejam precários. Após as contrarreformas realizadas no governo Temer, em especial a do campo trabalhista em 2017, o que se percebeu, conforme Krein (2018), não foi o aumento das contratações, mas a precarização e a perda de direitos trabalhistas.

No campo da saúde pública isso fica nítido, a EC 95/2016 como demonstra as análises empíricas realizadas por Mendes (2016); Funcia e Santos (2019); Mendes e Carnut (2020); as mudanças provocadas pela Nova Política Nacional de Atenção Básica à Saúde (PNAB) que diminuem ainda mais a capacidade de atuação integralizada das equipes de saúde da família conforme atesta pesquisa de Nogueira e Sobrinho (2019), além da implementação no próprio governo Bolsonaro do programa Previne Brasil que se choca com os princípios elementares do SUS como a Universalidade conforme apontam Mendes; Melo e Carnut (2022), não passam pelo crivo da *Folha de S. Paulo* porque, sem cairmos na ingenuidade, mas especificando e tornando evidente aquilo tido como senso comum, não são do interesse das classes dominantes no Brasil.

A opinião pública torna senso comum a ideia de que a contenção de gastos, ataques aos direitos previdenciários e a precarização do trabalho seriam elementos necessários que geram antíteses como: maior desenvolvimento econômico; maior aumento da captação previdenciária e diminuição do déficit na seguridade social; e maior geração de emprego. Contra tais argumentações percebemos que na prática essas medidas apenas aprofundam as condições de vida das classes trabalhadoras e dos setores subalternos. Contudo, esse senso comum, tomando a partir da naturalização pela opinião pública, deve ser visto com cautela, sobretudo a partir de uma ótica gramsciana que o considera como difuso e incoerente e ligado à ideologia, como atesta Konder (2002).

Nos *Quaderni*, segundo Liguori (2017), o senso comum aparece associado à ideia de que existem vários sentidos comuns a partir das especificidades de cada formação econômico-social. Nesse sentido, em Gramsci é possível encontrar a noção de que cada estrato social apresenta seu próprio senso comum, que seria em síntese a concepção de vida e moral mais difundida. De caráter

¹⁶ O lado mais fraco: Irresponsabilidade de Bolsonaro na gestão da economia imporá custo alto para os mais pobres. Editorial. *Folha de São Paulo*. 24 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2021/10/o-lado-mais-fraco.shtml>. Acesso em 25 ago 2022.

mutável, esse senso pode inclusive se enriquecer de elementos científicos e filosóficos reificados nos costumes:

O senso comum parece uma variação do conceito de ideologia, gramscianamente entendida como concepção do mundo. É a concepção do mundo de um estrato social, com frequência caracterizada como momento de recepção passiva se comparada à elaboração ativa do grupo dirigente-intelectual do mesmo grupo social. Enquanto passivo, o senso comum evidencia atrasos, bem como momentos elementares de elaboração. Mas o fato de que “todo senso comum [tenha] o seu ‘senso comum’” exclui que este seja definido apenas como nível qualitativamente ínfimo de uma concepção do mundo. Em geral, trata-se da ideologia mais difundida e com frequência implícita de um grupo social, de nível mínimo (LIGUORI, 2017, p. 723).

Nesse sentido, entendemos que a *Folha de S. Paulo* externaliza um senso comum, que sedimentado na visão neoliberal que o próprio governo Bolsonaro dissemina, embora com especificidades e mediações advindas do próprio regime político brasileiro, e da crise orgânica que se vivencia no Brasil — uma crise de grande proporção na ótica gramsciana —, que não envolve apenas a economia, mas a sociedade e a política, interferindo na relação entre dirigentes e dirigidos, consenso e força, e assim na própria hegemonia do grupo dominante.

Em que pese o fato de os editoriais apontarem falhas na condução da pandemia, há um limite para tais críticas que se colocam no solo da construção da hegemonia: a *Folha* não pode avançar nessas críticas de modo a ter uma posição de antítese completa, embora o faça parcialmente. Essa parcialidade se reveste de uma noção de que o governo Bolsonaro deveria ser mais administrativo e gestor do capital, deixando de lado assuntos que apenas atrapalham o desenvolvimento econômico. Ao se colocar dessa forma, entendemos haver uma contraposição em termos formais, mas uma configuração no campo das práticas e ideias que chancelam uma visão de mundo associada aos pilares do neoliberalismo, mas com a especificidade da ascensão de governos de extrema-direita, que tem disseminado o conservadorismo moral, o negacionismo científico, o apelo ao discurso e as práticas de ódio e violência, temperados pelo militarismo, cristandade, centralidade numa suposta família tradicional, racismo e capitalismo desenfreado conforme nos lembra Brown (2019).

Ser alçado ao senso comum não implica afirmarmos que o neoliberalismo não tenha efeitos concretos e materiais na sociedade, mas que em si, tem o germe da conservação como uma forma de realizar a manutenção de seu consenso frente a novas ideias, ou sentidos concorrentes. Conforme Gramsci (1977) aponta no *quaderni* 11, mais precisamente no § (13) na segunda nota — *Osservazioni e note critiche su un tentativo di «Saggio popolare di sociologia»* no senso comum há uma validade de difusão

de verdade que se tornara senso comum pela sua difusão para além dos círculos intelectuais produtores dessa visão:

[...] o senso comum é um conceito equívoco, contraditório, multifacetado, e referir-se ao senso comum como prova da verdade é um contrassenso. É possível dizer corretamente que uma verdade determinada tornou-se senso comum visando a indicar que se difundiu para além do círculo dos grupos intelectuais, mas, neste caso, nada mais se faz do que uma constatação de caráter histórico e uma afirmação de racionalidade histórica; nesse sentido, contanto que seja empregado com sobriedade, o argumento tem o seu valor, precisamente porque o senso comum é grosseiramente misonista e conservador, e ter conseguido inserir nele uma nova verdade é prova de que tal verdade tem uma grande força de expansividade e de evidência (GRAMSCI, 1977, Q 11, §13, pp. 1399–1400).¹⁷

Essa noção nos possibilita entender que a *Folha de S. Paulo* faz a defesa superficial por uma “boa” gestão da pandemia, sem ir à raiz das questões associadas ao capitalismo de uma forma geral sobre a saúde pública, conforme apontam as pesquisas de Silva e Rasera (2013); Morais (2014). Para Silva (2016) o senso comum em Gramsci é superado como mera ideia amplamente aceita, tendo em vista que não implica apenas numa relação de aceitação, mas de uma ação eficiente das diferentes instituições que existem na sociedade civil, dentre elas, destacamos os jornais e a *Folha de S. Paulo* em especial.

Entendemos também que esse consenso só se forma por uma memória social compartilhada, que imprima significado à hegemonia estabelecida como relação, e que torne o senso comum dominante como uma visão de mundo rotinizada nas práticas dos grupos subalternos. Em nossa análise empírica percebemos que, apesar da *Folha* assumir uma posição de enunciação crítica às ações e inações do governo Bolsonaro frente à pandemia de Covid-19, ela não consegue ultrapassar o liame de classe, uma vez que atacar o consenso que levou Bolsonaro ao poder seria atacar sua própria existência enquanto APH das classes dominantes, fazendo assim uma contraposição ao governo, mas procurando manter o consenso estabelecido sobre a forma de condução das relações sociais de produção no Brasil.

Considerações Finais

¹⁷ No original: [...] *il senso comune è un concetto equivoco, contraddittorio, multiforme, e che riferirsi al senso comune come riprova di verità è un non senso. Si potrà dire con esattezza che una certa verità è diventata di senso comune per indicare che essa si è diffusa oltre la cerchia dei gruppi intellettuali, ma non si fa altro in tal caso che una constatazione di carattere storico e un'affermazione di razionalità storica; in questo senso, e purché sia impiegato con sobrietà, l'argomento ha un suo valore, appunto perché il senso comune è grettamente misonista e conservatore ed essere riusciti a farci penetrare una verità nuova è prova che tale verità ha una bella forza di espansività e di evidenza.*

Neste artigo, apresentamos como objetivo compreender como em meio a pandemia de Covid-19 o jornal *Folha de S. Paulo* manejou a opinião pública sobre a gestão da crise sanitária realizada pelo governo Bolsonaro. Nossa abordagem se ancorou na perspectiva gramsciana, no qual visamos realizar o diálogo entre a memória social como parte integrante da construção da hegemonia pelos APHs existentes na sociedade civil. Nesse sentido, partimos do pressuposto que os jornais são peças-chave para podermos compreender o modo como a hegemonia é elaborada na sociedade civil e como ela se vincula com a sociedade política, sendo, portanto, o ponto de contato entre essas duas esferas, que apresentadas de modo didático por um processo de abstração, na realidade se inter-relacionam pela junção da força e consenso, coerção e dominação de classe.

A nossa análise empírica evidenciou que a *Folha* explorou a imagem do governo Bolsonaro e do próprio Bolsonaro como unívoca, não fazendo distinção entre o homem e o governo. Essa particularidade se expressa muitas vezes nas linhas discursivas que o jornal emitiu e que se subdividem em quatro principais núcleos: i) um governo sabotador das ações públicas que visavam combater a Covid-19; ii) Bolsonaro e seu governo como propagadores do negacionismo científico; iii) um governo negligente e incompetente que não apresenta conhecimento necessário no âmbito da gestão pública; e iv) irresponsabilidade frente à política orçamentária do teto de gastos mediante à emenda Constitucional n.º 95/2016.

Apesar de chamar atenção para fatos que na superficialidade apresentam correlação material em termos de ação de governo, percebemos que a teoria gramsciana dos APHs se aplica bem à interpretação de nossos resultados. Por se tratar de um jornal classista, este não consegue ir além das críticas lançadas ao campo da gestão e do direito, formas cristalizadas de uma sociabilidade burguesa que apresentam sim sua conotação prática, tendo em vista que muitas das ações que o próprio Bolsonaro realizou, como o atraso na compra de vacinas é considerada um crime contra a saúde pública. Outro elemento que percebemos é que a opinião pública também contribui para a conformação de um senso comum compartilhado, que usa da memória social para se vincular a uma visão de mundo na qual a *Folha* defende uma política de austeridade fiscal sem fazer menção ao fato de que essa própria política subjaz o enfraquecimento das políticas sociais como o SUS.

Destacamos também que nossa análise revela a operação da *Folha* tentar se colocar como defensora de uma gestão eficiente pautada na contenção de gastos, traz como argumentos que tais mecanismos seriam necessários para a criação de empregos e renda, elementos que na prática concreta-material não apresenta respaldo, tendo em vista o aumento do desemprego causado não apenas pela pandemia de Covid-19, mas também pelas contrarreformas do trabalho que cria vínculos precarizados e informais de trabalho, e também da previdência que penaliza as classes

trabalhadoras com o aumento da idade de aposentadoria num mercado de trabalho cada vez mais precário e competitivo.

Referências bibliográficas:

ALIAGA, L. *Curso: Introdução ao pensamento de Gramsci : Hegemonia e Estado integral*. ContrapoderBR. YouTube, 21 de maio de 2020. Disponível em: <https://youtu.be/kFIPnrEH18g>. Acesso em: 11 out. 2022.

ALIAGA, L. *Do sul ao norte: uma introdução a Gramsci*. São Paulo: Lutas Anticapital, 2021.

BEHRING, Elaine Rossetti. *Fundo público, exploração e expropriações no capitalismo em crise*. Expropriação e Direitos no capitalismo. São Paulo: Cortez, 2018.

BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Editora filosófica Politeia, 2019.

CARVALHO, R. *A imprensa na era FHC: Análise dos editoriais dos jornais Folha de São Paulo e O Globo no período 1995-2002*. Mestrado em Comunicação e Mercado. Faculdade Cásper Líbero. São Paulo, 2006. Disponível em: <https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/04/A-imprensa-escrita-na-eraFHC.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2022.

DAVALLON, J. A imagem, uma arte de memória? In: ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. São Paulo: Pontes, 1999. p. 23 - 37.

DAVI, Jordeana, et al. Carga tributária e política social: considerações sobre o financiamento da Seguridade Social. In: DAVI, Jordeana; MARTINIANO, Claudia (Orgs). *Seguridade Social e Saúde: tendências e desafios*. 2. ed. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 59-84.

Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/zw25x/pdf/davi-9788578791933.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2022.

DIAS, E, F. Hegemonia: racionalidade que se faz história. In: DIAS, E, F, et al. *O outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996. pp. 9-80.

ENNE, A, L, S. Memória, identidade e imprensa em uma perspectiva relacional. *Revista Fronteiras-Estudos Midiáticos*. Unisinos, vol.2, 2004, pp. 101-116. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/6594>. Acesso em 12 set. 2019.

FONTES, V. *Gramsci, Estado e sociedade civil: anjos, demônios ou lutas de classes?* *Revista outubro*, n. 31, 2º semestre de 2018. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/gramsci-estado-e-sociedade-civil-anjos-demonios-ou-lutas-de-classes/>. Acesso em: 27 out. 2022.

FREIRE, S. *Análise de Discurso: Procedimentos metodológicos*. Manaus: Instituto, 2014. E-book.

FUNCIA, F.R; SANTOS, L. Do subfinanciamento ao desfinanciamento: descendo as escadas. *Domingueira* Nº 04 - Janeiro 2019. Disponível em: <http://idisa.org.br/domingueira/domingueira-n-04-janeiro-2019#a0>. Acesso em: 25 ago. 2022.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*: volume 2. 8.ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2016.

GRAMSCI, A. *Escritos políticos*: Volume 1. Seara Nova: Lisboa, 1976.

GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*. I Quaderni: 1 - 5. 2. ed. Edizione critica dell'Istituto Gramsci A cura di Valentino Gerratana. Turim: Einaudi Editore, 1975.

GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*. Volume secondo: Quaderni 6-11.- n. ed. Edizione critica dell'Istituto Gramsci A cura di Valentino Gerratana. Turim: Einaudi Editore, 1977.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Revista dos tribunais, 1990.

HOEVELER, R. C. O conceito de Aparelho Privado de Hegemonia e seus usos para a pesquisa histórica. *Revista Práxis e Hegemonia Popular*, [S. l.], v. 4, n. 5, p. 145–159, 2020. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/PHP/article/view/10792>. Acesso em: 8 ago. 2022.

KONDER, L. *A questão da ideologia em Gramsci*. Gramsci e o Brasil, 2002. Disponível em: <https://www.gramsci.org/?page=visualizar&id=298>. Acesso em: 25 ago. 2022.

KREIN, J. D. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. *Tempo Social*, v. 30, n. Tempo soc., 2018 30(1), p. 77–104, jan. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.138082>. Acesso em: 05. abr. 2020.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2004.

LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência*. São Paulo: Editora 34, 1993.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 2010.

LIGUORI, G. Senso Comum. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs.). *Dicionário gramsciano*. São Paulo: Boitempo, 2017. 722–724.

MACHADO, Cesar Roxo. A argumentação falaciosa do governo sobre a Reforma da Previdência. Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. 24 de setembro de 2019. Disponível em: <https://www.anfip.org.br/artigo-clipping-e-imprensa/a-argumentacao-falaciosa-do-governo-sobre-a-reforma-da-previdencia-2/#:~:text=Vejamos%20como%20isso%20ocorre%3A%20afirma,mais%20o%20rombo%20da%20Previd%C3%Aancia..> Acesso em: 20 nov. 2022.

MARINO, I. K. et al. Como contar a história da Covid-19? Reflexões a partir dos arquivos digitais no Brasil. *Esboços*, v. 28, p. 558–635, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/80966>. Acesso em: 05 jan. 2022.

MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix, 2002.

MEIRELLES, Fernando S. *33ª Pesquisa Anual do FGVcia: Uso da TI nas Empresas*. 2022. Disponível em: https://easp.fgv.br/producao-intelectual/pesquisa-anual-uso-ti?gclid=Cj0KCQiA1ZGcBhCoARIsAGQ0kkqF8NxFuEWS_M8Z4o3SMW8MzmYiFVF4Sr7qC4YawtJFezxa6gTrnccaAjmQEALw_wcB. Acesso em: 28 nov. 2022.

MENDES, Á. M. A saúde pública brasileira num universo "sem mundo": a austeridade da Proposta de Emenda Constitucional 241/2016. *Cadernos de Saúde Pública* [online]. 2016, v. 32, n. 12. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00188916>. Acesso em: 25 ago. 2022.

MENDES, Á. M.; MELO, M. A.; CARNUT, L. Análise crítica sobre a implantação do novo modelo de alocação dos recursos federais para atenção primária à saúde: operacionalismo e improvisos. *Cadernos de Saúde Pública* [online]. v. 38, n. 2. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00164621>. Acesso em: 25 ago. 2022.

MENDES, A.; CARNUT, L. Capital, Estado, Crise e a Saúde Pública brasileira: golpe e desfinanciamento. *SER Social*, [S. l.], v. 22, n. 46, p. 9–32, 2020. DOI:

- 10.26512/ser_social.v22i46.25260. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/25260. Acesso em: 25 ago. 2022.
- MIGUEL, L. F. Quanto vale uma valência? *Revista Brasileira de Ciência Política*, [S. l.], v. 17, p. 165–178, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2314>. Acesso em: 25 ago. 2022.
- MORAES, D, A. *Comunicação na batalha das ideias*. Gramsci e o Brasil. Abril, 2009. Disponível em: <http://www.gramsci.org/?page=visualizar&id=1079>. Acesso em: 11 ago. 2022.
- MORAIS, I, et al. Jornais Folha de São Paulo e Correio Braziliense: o que dizem sobre o programa mais médicos? *Revista da Escola de Enfermagem da USP* [online]. 2014, v. 48, n. spe2. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0080-623420140000800017>. Acesso em: 12 out. 2022.
- MUNIZ, Altemar da Costa. *As mudanças de linha editorial na Folha de São Paulo*. 1999. 183f. – Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Universidade Federal do Ceará. Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza (CE), 1999. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/1116>. Acesso em: 15 out. 2022.
- NOGUEIRA, K. W. A. da S.; SOBRINHO, S. J. A nova Política Nacional de Atenção Básica à Saúde: impactos perceptíveis em uma equipe de saúde da família no município de Alagoa Nova-PB. *Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas*, [S. l.], v. 16, n. 28, p. p. 25–40, 2019. DOI: 10.22481/ccsa.v16i28.5752. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/ccsa/article/view/5752>. Acesso em: 25 ago. 2022.
- SALVADOR, Evilásio da Silva. Fundo público e financeirização da previdência social. *Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*, v. 16, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22083>. Acesso em: 28 nov. 2022.
- SANTOS, M. S. *Memória Coletiva e Teoria Social*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra; Annablume. 2012.
- SILVA, Maria Lucia Lopes da Contrarreforma da Previdência Social sob o comando do capital financeiro. *Serviço Social & Sociedade* [online]. 2018, n. 131, pp. 130-154. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.134>. Acesso em: 28 nov. 2022.
- SILVA, G. M.; RASERA, E.F. A Desqualificação do SUS na Folha de São Paulo: Construção Discursiva de Gestores e Usuários. *Psico* (PUCRS. Impresso), v. 44, p. 82- 91, 2013. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/10659>. Acesso em: 12 out. 2022.
- SILVERSTONE, Roger. *Por que estudar a mídia?* São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

Apêndice:

Apêndice A: *Corpus analítico referente aos editoriais da Folha de São Paulo:*

<https://drive.google.com/file/d/1GL5Rovw280rdN8m3LsCTiVa41IWfAW/view?usp=sharing>

Recebido em: 29.11.2022

Aprovado em: 02.04.2023